

1

CADERNOS DCP

1

MARÇO, 1974

CADERNOS

DCP

DEPARTAMENTO
DE CIÊNCIA POLÍTICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
BELO HORIZONTE / MINAS GERAIS / BRASIL

CADERNOS DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

MARÇO DE 1974

NÚMERO 1

SUMÁRIO

ARTIGOS:

- SOLIDARIEDADE, INTERESSES E DESENVOLVIMENTO POLÍTICO — *Fábio Wanderley Reis*..... 5
- A POLÍTICA TRADICIONAL BRASILEIRA: UMA INTERPRETAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE O CENTRO E A PERIFERIA — *Antônio Octávio Cintra*..... 59
- AS FORÇAS ARMADAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA: O PODER DESESTABILIZADOR — *José Murilo de Carvalho*..... 113

COMENTÁRIO:

- A TEORIA DAS COALIZÕES POLÍTICAS — *Leônidas Prates Lafetá* 189

ESCREVEM NESTE NÚMERO :

FÁBIO WANDERLEY REIS, professor do Departamento de Ciência Política, mestre em Sociologia pela FLACSO, terminando o doutorado em Ciência Política pela Universidade de Harvard.

ANTÔNIO OCTÁVIO CINTRA, professor do Departamento de Ciência Política, mestre em Sociologia pela FLACSO, terminando o doutorado em Ciência Política pelo MIT.

JOSÉ MURILO DE CARVALHO, professor do Departamento de Ciência Política, mestre em Ciência Política pela Universidade de Stanford, terminando o doutorado em Ciência Política pela mesma universidade.

LEÓNIDAS PRATES LAFETÁ, professor do Departamento de Ciência Política, mestre em Ciência Política pela Universidade de North Carolina.

*

As opiniões emitidas em artigos e comentários assinados são de responsabilidade dos respectivos autores.

*

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

C.P. 1621 — 30.000 Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

APRESENTAÇÃO

Com este número dos Cadernos DCP o Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais dá início à publicação mais regular de trabalhos de seus professores e alunos. O Departamento vinha-se dedicando há alguns anos à pesquisa e ao ensino pós-graduado em Ciência Política sem, no entanto, dispor de um veículo mais flexível e rápido de comunicação. Os Cadernos DCP pretendem preencher esta lacuna e servir de meio de comunicação com outros centros de ciências sociais do país e do exterior, com o mundo acadêmico e com o público em geral.

Solicitamos às pessoas e instituições que receberem os Cadernos que também nos enviem suas publicações.

A teoria das coalizões políticas

Leônidas Prates Lafetá

Uma das características mais marcantes da moderna Ciência Política é a tentativa, sempre crescente, de construção de uma teoria geral que seja realmente útil para o conhecimento mais sistemático do comportamento político. *A teoria das coalizões políticas*, elaborada por WILLIAM H. RIKER em seu livro *The Theory of Political Coalitions*,¹ é uma das mais felizes e promissoras tentativas para atingir aquele *status* tão procurado e tão dificilmente encontrado pela Ciência Política. O propósito deste artigo é chamar a atenção para

1. New Haven & London, Yale University Press, 1967. A primeira edição foi publicada em 1962 e esta que examinamos é a terceira. Além do livro de Riker sobre o tema, veja as seguintes obras: Riker, William H., "The Study of Coalitions" e Gamson, William A., "Coalition Formation", ambos na *International Encyclopedia of the Social Sciences*, organizada por Sills, David L. The Macmillan Co. & The Free Press, 1968. Veja também Kelley, E. W., *Comparative and Quantitative Techniques in the Study of Coalition Formation and Behavior*. Artigo mimeografado e preparado para o "Annual Meeting of the American Political Science Association", Chicago, 5-9 de set. de 1967; Riker, W. H. & Niemi, D., "The Stability of Coalitions on Roll Calls in the House of Representatives", in *The American Political Science Review*, vol. LVI, nº 1, março de 1962, pág. 58-65; Borgatta, Edgar F.; e Borgatta, Marie L., "Coalitions and Interaction Concepts as Support in Three Person Groups", in *Social Forces*, vol. 41, nº 1, out. de 1962, pág. 68-75; e, finalmente, veja os comentários ao livro de Riker que Gamson, W. A. e Fagen, Richard R. fazem, respectivamente em *The American Journal of Sociology*, vol. LXIX, nº 4, jan. de 1964 e *The American Political Science Review*, vol. LVII, nº 2, jun. de 1963.

este aspecto da teoria política que vem sendo desenvolvido nos Estados Unidos e que pode ter muita utilidade, como já vem tendo, para a compreensão e o conhecimento do comportamento político do Brasil e dos países latinoamericanos em geral.² Este estudo já vem obtendo grande êxito na comunidade intelectual americana que se dedica ao conhecimento do comportamento político, principalmente quando procura meios para explicar o processo de tomada de decisões e a formação de coalizões na área do legislativo e das relações internacionais.

A palavra *coalizão*, em inglês corrente, tem sido usada para referir-se a grupos de pessoas que se juntam com o fim de obter alguma coisa. De maneira mais geral a coalizão é vista como um grupamento parlamentar ou político com duração menos permanente que um partido ou uma facção ou ainda um grupo de interesse. Em português o sentido não difere daquele em inglês e a *Grande Enciclopédia Delta Larousse*, por exemplo, define coalizão da seguinte maneira: "Liga de potências ou de partidos que se unem para agir em comum contra outrem. Nome dado às ligas formadas pelas potências européias contra a França de Luiz XVI, da Revolução e do Império. *Coalizão eleitoral*: acordo entre

2. A importância do estudo das coalizões políticas no Brasil pode ser evidenciada através de um quadro de Gláucio A.D. Soares sobre alianças e coligações nas eleições brasileiras. É o seguinte o quadro apresentado por Soares:

Quadro 1. A Crescente Importância das Alianças e Coligações nas Eleições para a Câmara Federal, 1945-1958

Ano	Votos Válidos	Alianças e Coligações	% sobre o total
1945	6.188.856	0.0%
1950	7.662.213	1.522.636	20.3%
1954	9.235.783	2.494.863	27.0%
1958	11.519.058	4.140.655	35.9%

Fonte: Soares, G.A.D., "Alianças e Coligações Eleitorais: Notas para uma Teoria", in *RBEP*, nº 17, julho de 1964, pág. 95-124.

diversos partidos que é realizado tendo em vista as eleições".³ Mais recentemente a palavra adquiriu um significado técnico na teoria social e o nosso objetivo aqui é exatamente o de analisá-lo.

O propósito específico de RIKER é construir uma teoria das coalizões que poderá ser útil para o estudo da política. Embora utilizando várias noções retiradas da teoria matemática, ela não é, necessariamente, uma teoria que tem por base a matemática. Por outro lado, o autor chama a atenção dos cientistas políticos que não estão muito conscientes da relevância da matemática em política.

Como propósito mais geral RIKER diz que esta tentativa é, ou pode ser, orientada para que a ciência política possa ultrapassar aquele nível de literatura erudita e realmente juntar-se à economia e à psicologia na criação de uma genuína ciência do comportamento humano. (pág. viii)⁴

Entre os vários grupos de cientistas políticos, com os *approaches* e pontos de vistas os mais diversos, RIKER se coloca em um que diagnosticou o fracasso da ciência política tradicional como resultado de coletar informações sobre eventos políticos sem uma teoria da política e tem estado, por isso mesmo, ansioso para criar teorias especificamente *políticas* do comportamento para servir de base para uma futura ciência política. (pág. ix)⁵

Depois destas considerações o autor explica o prospecto de uma ciência da política. E para este objetivo ele discute alguns conceitos-chave com os quais a ciência tem que lidar. Todos os conceitos discutidos (generalização, verificação, etc.) estão cheios de problemas e obstáculos (considerações norma-

3. Editora Delta, S.A., Rio de Janeiro, 1972.

4. As referências ao livro de Riker serão indicadas somente pelo número da página correspondente ao texto citado ou comentado.

5. Gamson faz a seguinte observação a respeito de Riker: "É alentador encontrar um cientista político usando a palavra 'teoria' para significar um conjunto de proposições relacionadas e verificáveis sobre o comportamento político". Op. cit., pág. 433.

tivas, imaturidade e a própria linguagem da ciência social e o fato de que os cientistas sociais estão privados daquela noção de determinismo causal que desempenhou um papel tão importante nas ciências físicas), e "as ciências do comportamento são *ciências* somente por causa da simpática tolerância das universidades que desejam manter as pretensões e ambições dos cientistas apropriando-se do nome". Enfrentando esta situação, alguns intelectuais (por exemplo, KARL MANNHEIM, ARNOLD TOYNBEE, etc.) abandonaram a procura do conhecimento científico, substituindo-o por incursões na imaginação poética. Mas ao invés de abandonar o esforço para criar uma ciência, os especialistas do comportamento em geral e do comportamento político em particular deviam antes examinar os procedimentos das ciências físicas para que delas pudessem abstrair técnicas de grande sucesso. E isto é o que a economia e a psicologia tem feito e é isto provavelmente o que conta para o sucesso que têm obtido. Aqueles que estão interessados em criar uma ciência da política devem, por isso, tornar-se estudantes do método científico na esperança de que poderão usá-lo em seu próprio interesse. (pág.6-7) Portanto, adverte RIKER, *o traço essencial deste método é a criação de um construto teórico ou uma versão um tanto simplificada daquilo a que o mundo concreto a ser descrito possa ser considerado como similar*.⁶ Esta versão simplificada, ou modelo, é um conjunto de axiomas (mais ou menos justificável intuitivamente) dos quais sentenças gerais e não muito óbvias podem ser deduzidas. Estas proposições deduzidas, quando verificadas, tornam-se, por um lado, uma adição ao modelo e, por outro, uma descrição da natureza. Quanto maior o número de sentenças deduzidas e verificadas, maior será a confiança na validade dos axiomas explorados para serem justificados. Inversamente, a duração de sentenças falsas ou inconsistentes tende a desacreditar os axiomas. (pág. 7) A principal vantagem deste modelo é que ele é não

6. Sublinhado por nós.

um modo conveniente de gerar hipóteses mas também qualquer coisa capaz de romper com a inconsistência. (pág.7-8) Assim, RIKER conclui que a maior esperança para uma genuína ciência política repousa na descoberta e no uso de um modelo adequado do comportamento político. (pág 9) E este modelo é retirado de DAVID EASTON⁷ que oferece uma definição que combina tudo aquilo dito acima e ajusta a política no esquema geral das ciências sociais. "A política", define EASTON, "é a distribuição de valor revestida de autoridade".⁸ Se a "distribuição" refere-se não a um processo físico, mas ao processo social de decidir como um processo físico pode ser levado à frente, então o objeto estudado pelos cientistas políticos é o *decision-making*. (pág. 11) Por outro lado, as decisões revestidas de autoridade ou a distribuição de valores podem ser classificadas da seguinte maneira: A) aquelas feitas por indivíduos e B) aquelas feitas por grupos. Esta segunda categoria, B, é sub-classificada em: 1) aquelas feitas através de um processo conciente e 2) aquelas feitas numa maneira quase-mecânica.⁹ RIKER considera a categoria

7. Cf. seu *Uma Teoria de Análise Política*. Zahar Editores, RJ, 1968. Tradução de Gilberto Velho. Cf. também o seu *The Political System*, New York, Knopf, 1953.

8. Idem, idem. "A definição de Easton, enquanto implica (através do uso do conceito de "autoridade") que as decisões políticas são distinguíveis pelo exercício potencial de sanções, não distingue entre decisões "públicas" e "privadas". O *decision-making* político, como é usado o termo pela maioria dos cientistas políticos, diz respeito à distribuição publicamente revestida de autoridade de valores *públicos*. "Veja Robinson, James A. e Majak, R. Roger, "The Theory of Decision-Making", in Charlesworth, James C. (ed.), *Contemporary Political Analysis*. The Free Press, New York, 1967, pág. 177.

9. Os processos quase mecânicos são caracterizados, particularmente, pela inconsciência que os tomadores-de-decisões têm de seu papel como *decision-making*. Isto parece, na verdade, que o processo do qual a maioria das decisões emergem inclui dois ou três sub-processos, isto é, a decisão raramente emerge de um processo intelectual isolado sem, por exemplo, processos sociais relacionados e complementares e ou quase mecânicos. Robinson e Majak, op. cit., pág. 182.

B1 a mais significativa e importante, porque a política consiste, em sua maioria, de decisões nesta categoria.¹⁰

Contudo, se se considera que para se constituir um grupo há necessidade de mais de duas pessoas, então o processo de constituir grupos é, invariavelmente, o mesmo. É um processo de formação de coalizões. É típico o fato de que algumas parcelas dos grupos detentores do poder andam em aliança para que possam oferecer uma decisão rigorosa aos grupos como um todo assim como sobre todos aqueles que reconhecem sua autoridade. Esta "parte" decisiva pode ser mais ou menos que uma metade ou, na realidade, ela pode ser duas pessoas ou todo o grupo. Mas apesar do número de pessoas consideradas convencionalmente como decisivas, o processo para se atingir uma decisão em um grupo é um processo de formação de um sub-grupo que, pelas regras aceitas por todos os membros, pode decidir pelo todo. Este sub-grupo é uma coalizão. (pág. 12)¹¹ Hoje, parece ser bastante

10. Sobre este ponto há uma crítica bastante severa feita por Bluhm, William F., em seu *Theories of the Political System* (Prentice-Hall Inc., Englewood Cliffs, N. J., 1965) e que chama a atenção para o fato de que "ambos, Riker e Easton, estão impressionados pela simetria e poder das ciências naturais, que desde muito tempo superaram este empiricismo que a política está atualmente advogando". pág. 290.

11. De acordo com Gamson, W.A., em "An Experimental Test of a Coalition Formation", uma situação de coalizão é definida por motivos-mistos, ou jogos de n-pessoas. Em tais jogos há um elemento de conflito, pois aí não existe nenhum efeito que maximize as gratificações para todo mundo. Há um elemento de coordenação, pois aí existe, para pelo menos dois dos jogadores, a possibilidade de que eles possam agir melhor através da coordenação de seus recursos do que pela ação isolada... Uma coalizão é o uso conjunto de recursos para determinar o resultado de uma decisão numa situação de motivos-mistos envolvendo mais de duas unidades". "Uma definição similar é dada por Thibaut, J.W. e Kelley, H.H. in *The Social Psychology of Groups*. New York: Wiley, 1959: "Por coalizão significamos duas ou mais pessoas que agem conjuntamente para afetar os efeitos de uma ou mais outras pessoas". Ambas as citações foram retiradas de Collins, Barry E. e Raven, Bertram H. "Group Structure; Attraction, Coalitions, Communication, and Power",

evidente para RIKER que o principal ingrediente no processo político de *decision-making* é a construção de coalizões entre os tomadores de decisão. Aceitando a validade da "lei de ferro da oligarquia", RIKER chama a atenção para o fato de que somente poucas decisões significativas são tomadas por indivíduos. Mesmo numa ditadura é um grupo, e não um único homem, que realmente legisla.¹²

Então, a grande maioria, ou, pelo menos grande parte, dos estudos sobre a "distribuição de valores revestida de autoridade" é reduzida para o estudo das colizões. E para este estudo um modelo está disponível. É o de VON NEUMANN-MOGENSTERN, isto é, a teoria do jogo de n-pessoas que é essencialmente uma teoria das colizões. Esta teoria não está restrita às coalizões formadas para as decisões revestidas de autoridade sobre valores suficientemente aplicável ao comportamento político para oferecer aos cientistas políticos um modelo descritivo e bastante preciso para ocasionar alguma esperança para uma verdadeira ciência da política. (pág. 12-13) Em geral, os cientistas sociais tendem a identificar tudo da teoria dos jogos com a teoria do jogo de duas-pessoas ou o jogo de soma-zero. E aqui pode-se afirmar que esta teoria especializada tem muito pouca relevância para as situações sociais. Para que o teorema minimax¹³ seja relevante, pelo menos as seguintes condições devem ser satisfeitas:

- 1 — a condição duas-pessoas: deve haver exatamente dois participantes (ou duas equipes de participantes), embora um deles possa ser "natural";

in Lindzey, G. e Aronson, E. (Eds.) *The Handbook of Social Psychology*, Seg. edição, vol. 4, Addison-Wesley Pub. Co. Reading, Mass., 1969, pág. 127.

12. Bluhm, William T., op. cit., pág. 291.

13. Estratégias que maximizam o mínimo garantido de utilidade para uma pessoa são chamadas *estratégias maximin*; aquelas minimizando o nível máximo de segurança de um oponente são chamadas *estratégias minimax*. Veja Alker, Jr., Hayward R., *Mathematics and Politics*. The Macmillan Co., New York, 1965, pág. 132.

- 2 — *a condição da soma-zero*: os interesses dos participantes devem estar em conflito direto e absoluto de forma que os ganhos de um participante sejam iguais, em números absolutos, às perdas do outro. Isto, naturalmente, também supõe que ganhos e perdas podem ser quantificados e medidos;¹⁴
- 3 — *a condição conhecimento*: cada curso possível de ação aberta aos participantes assim como suas gratificações, devem ser conhecidas por eles e pelo cientista. Note-se, contudo, que não é necessário conhecer exatamente quais as escolhas que são ou serão feitas entre os possíveis cursos de ação — é este salto sobre a escolha que torna o teorema minimax tão poderoso quando ele é aplicável;
- 4 — *a condição racionalidade*: dada uma escolha de curso de ação, uma das quais traz maiores gratificações que as outras, deve-se supor ser possível que alguns participantes irão preferir aquele curso de ações com as maiores gratificações. (pág. 15)

É óbvio que situações sociais que satisfaçam todas as condições acima enumeradas raramente são verificadas fora dos

14. Buchanan, James M., em seu "Uma Teoria Individualista do Processo Político", in Easton, David (org.) *Modalidades de Análise Política*. (Trad. de Guilherme Velloso, Fani Baratz e Luiz Antônio Machado da Silva. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1970, pág. 47), diz que é necessário enfatizar a diferença entre situações de conflito total entre indivíduos e grupos e situações que incluem o conflito, mas que englobam também mútuas possibilidades de ganho. Ao nível operacional da política cotidiana, quando os interesses dos indivíduos e grupos podem ser nitidamente identificados e delineados, o modelo do conflito total ou soma-zero pode proporcionar explicações úteis. (...) No nível da decisão constitucional, entretanto, onde as seleções devem ser feitas entre regras alternativas e onde os interesses do indivíduo e do grupo não estão claramente identificados, a situação não é adequadamente descrita por modelos de conflito total. A participação no "grande jogo da política", tudo considerado, deve ser mutuamente benéfica a todos os participantes, ou então teria lugar a revolução".

jogos. A vida econômica usualmente envolve alguma mutualidade de interesses na violação da condição 2 — por exemplo, numa relação comprador-vendedor, cada um ganha alguma coisa na venda do produto. Na vida política, embora seja possível às vezes satisfazer a condição 2, é normalmente impossível satisfazer as condições 1 e 3. O único tipo de situação social que realmente satisfaz todas as 4 condições é a guerra total, quando cada lado demanda a rendição incondicional do outro. E isto é admitidamente uma circunstância infrequente. (pág. 15-16)

Em síntese, RIKER pensa ser inteiramente irrazoável rejeitar a teoria dos jogos como um todo, simplesmente por causa das decepções verificadas com a aplicação do teorema minimax.

A NOÇÃO DE RACIONALIDADE

A controvérsia crucial do jogo de n-pessoas é sobre a noção de *racionalidade*. RIKER modifica levemente este conceito para que se possa evitar algumas críticas feitas a trabalhos anteriores. Assim, "dada uma situação social na qual existem dois cursos alternativos de ações orientadas para resultados diferentes e supondo que os participantes possam ordenar estes resultados numa escala subjetiva de preferências, cada participante escolherá a alternativa orientada para o resultado preferido". (pág. 18-19) Nesta formulação está simplesmente declarado que, se uma pessoa pode decidir a ação que irá satisfazê-la da melhor maneira, então ela irá escolher aquela que melhor se adequa à sua definição de racionalidade. Portanto, sugere-se que todas as escolhas orientadas para uma ação são racionais e a irracionalidade seria o equivalente à indecisão. (pág. 19)

Prosseguindo sua discussão, RIKER afirma que o conceito de poder não tem significado e que o homem politicamente racional é aquele que procura sempre ganhar ao invés de perder, apesar das fraquezas ou azares particulares. Por outro lado, o homem que deseja ganhar quer, também, fazer com que outras pessoas façam coisas que do contrário não

fariam; quer explorar cada situação em seu proveito; e, finalmente, quer ser bem sucedido numa dada situação. (pág. 22)

A CONDIÇÃO SOMA-ZERO

A *condição soma-zero* é o requisito para que os ganhos dos vencedores sejam exatamente iguais, em números absolutos, às perdas dos perdedores. Se eles são jogadores 1, 2, ..., n e se os resultados para cada jogador são números representados pelos símbolos "v(1)", "v(2)", ..., "v(n)", então $v(1) + v(2) + \dots + v(n) = 0$

Manifestamente, se qualquer v(i) não é zero, então alguns v(i) devem ser positivos e alguns outros v(i) devem ser negativos. Se, por exemplo, v(1), v(2), ..., v(6) são positivos e v(7), v(8), ..., v(n) são negativos, então

$$\sum_{i=1}^6 v(i) = - \sum_{i=7}^n v(i)$$

(que pode ser lido da seguinte maneira: a somatória dos valores para o jogador i, quando i está situado entre os jogadores numerados de 1 a 6, é igual a menos a somatória dos valores para o jogador i, quando situado entre os jogadores numerados de 7 a n).

Quando aplicada à sociedade, a *condição da soma-zero* é o requisito para que situações sociais sejam abstraídas para estudo, de uma tal forma que somente os conflitos diretos entre os participantes são incluídos e as vantagens comuns são ignoradas. A justificação para que se ignore tais vantagens mútuas é a de que, abstraíndo somente o conflito, é possível concentrar-se num problema importante e claramente enunciado, ou seja, como ganhar. (pág. 29).

Assim, se se deve ou não usar o modelo de *soma-zero*, depende totalmente da maneira pela qual alguém perceba, em geral, o seu problema. Quando se discute *barganha*, por exemplo, que é percebida como ganhos mútuos, o modelo de *soma-diferente-de-zero* é, provavelmente, o melhor. Por outro lado,

quando se discute eleições e guerras, que são percebidos como requerendo vitória unilateral, o modelo de *soma-zero* é o melhor. (pág. 31)¹⁵

O PRINCÍPIO DO TAMANHO

Um princípio importante para se entender a teoria é o princípio do tamanho. Partindo do fato de que o importante nesta teoria diz respeito às coalizões, RIKER limita os jogos para três ou mais pessoas ou, convenientemente, ao *jogo de n-pessoas*. A tarefa da teoria do jogo de n-pessoas é a de especificar as restrições similares ao modelo e a esperança de que elas possam ser descobertas na realidade.

Discutindo os limites que surgem na formação de coalizões, VON NEUMANN e MORGENSTERN — os autores da Teoria dos jogos — elaboraram dois conceitos importantes: *função característica* e *imputação*.

O primeiro, função característica, diz respeito à declaração de pagamento integral a cada coalizão possível num jogo. Parece ser óbvia, segundo os autores, a relevância desta noção para se conhecer as limitações na formação de coalizões. Se, por exemplo, há uma listagem de pagamento para as coalizões, verifica-se que algumas delas são mais lucrativas que outras e, assim, pode-se supor que as menos lucrativas não serão consideradas pelos jogadores. Mas, além disso, há muito

15. "Jogos para os quais a função característica consiste somente dos valores 0 ou 1 são conhecidos como *jogos simples*. Muitos processos eleitorais podem ser modelados desta maneira. Uma coalizão que controla bastante votos ou mais que o bastante para ganhar é conhecida como uma *coalizão vencedora*. Uma coalizão vencedora, consistindo de um grupo de pessoas tal que uma simples deserção de qualquer membro poderia torná-la uma coalizão perdedora, é conhecida como uma *coalizão vencedora mínima*". Riker sugere que num processo político de ganhar poder, os grupos tentam formar coalizões vencedoras mínimas porque, embora eles queiram ser bastante grandes para vencer, quanto menor elas sejam menor será a necessidade de dividir os ganhos na forma de prêmios, gratificações e pagamentos laterais para os crentes ou seguidores. Veja os comentários feitos por Shubik, Martin, "The Uses of Game Theory", in Charlesworth, James C., (ed.) op. cit., pág. 259.

mais coisas implicadas no universo de interesses de cada jogador do que somente os seus ganhos. E para a discussão desta consideração recorre-se ao conceito de *imputação*. Uma imputação é uma lista de pagamentos para cada jogador numa dada estrutura de coalizões. (pág. 36-37) Se o conjunto de n jogadores é dividido em sub-conjuntos não superpostos de uma forma tal que cada jogador possa pertencer a algum sub-conjunto, cada uma destas divisões é uma *estrutura de coalizão* ou uma *partição*. Enquanto o número de partições possíveis é muito grande, muito maior, naturalmente, do que o número de coalizões possíveis — uma mesma coalizão pode aparecer em muitas partições distintas — ele é, ainda, finito. Mas, para cada partição há uma infinidade de imputações possíveis. Os autores presumem, contudo, que somente algumas dessas várias infinidades possíveis são consideradas pelos jogadores, considerando o fato de que muitas imputações são menos vantajosas que outras para alguns sub-conjuntos selecionados dos jogadores. Assim, se se coloca algumas limitações à imputações admissíveis, ou seja, naquelas imputações que serão seriamente consideradas pelos jogadores, então pode-se, também, colocar limitações no processo de formação de coalizões. (pág. 37)

Daí para frente grande parte da discussão sobre a formação de coalizões têm sua ênfase nas imputações. Onde a grande dificuldade em se detetar todas as limitações possíveis. RIKER acha, contudo, que num modelo de n pessoas ou numa situação real de n pessoas as dificuldades são tão numerosas que uma análise sistemática assim como uma previsão tornam-se impossíveis. Aqui RIKER chama a atenção para o fato de que os teóricos do jogo não chegaram a fazer as perguntas mais úteis aos cientistas sociais e que por uma ênfase exclusiva às tentativas de delimitar imputações admissíveis, eles desprezaram a possibilidade de delimitar diretamente as estruturas das coalizões.¹⁶

16. Para uma discussão mais profunda sobre os limites das funções características, Cf. Riker às págs. 39-46.

Depois destas considerações de VON NEUMANN e MORGENTHAU sobre a relevância dos conceitos de função característica e imputação, assim como as observações de RIKER no sentido de evitar a impossibilidade de se delimitar as estruturas das coalizões, retomaremos a discussão sobre o *princípio do tamanho* bem como algumas leis e proposições consideradas importantes neste princípio, que serão examinados abaixo. Entre as condições mais importantes para o princípio do tamanho, destaca-se a seguinte:

Mesmo quando os membros de uma coalizão reconhecidamente vencedora sabem que realmente formaram uma coalizão vencedora, eles continuam acrescentando novos membros até que se tenha atingido um tamanho específico e que seja maior que o mínimo. (pág. 43)

Esta condição, contudo, é extraordinariamente restrita. Mas, por outro lado, é verdadeiro que os membros de coalizões que estão vencendo tentam aumentar-lhes o tamanho quando estes mesmos membros simplesmente desconhecem terem constituído uma coalizão vencedora. É também verdadeiro que em certos tipos de situações naturais — por exemplo, os votos nominais num corpo legislativo — os membros de uma coalizão vencedora não controlam, totalmente, a admissão à sua coalizão, de forma que alguns perdedores em potencial podem minimizar suas perdas juntando-se aos ganhadores. (pág. 44)¹⁷ Mas, o *princípio do tamanho* é, talvez atingido com o fato de que os jogadores que sabem ter ganho podem estar satisfeitos com o fato, mas devem continuar na construção de

17. Um outro achado de Soares serve para ilustrar esta afirmação. Verificou ele que os partidos políticos pequenos no Brasil tendem a coligar-se mais do que os grandes, "cujo eleitorado lhes garante a eleição tranquila de certo número de representantes". Assim, os pequenos partidos procuram minimizar as suas perdas juntando-se aos grandes partidos. Veja Soares, G.A.D. op. cit., pág. 102.

sua coalizão para que se possa constituir uma maioria mais ampla. (pág. 45) ¹⁸

No Capítulo 3, dedicado à evidência sobre o *princípio do tamanho*, RIKER faz a seguinte observação:

Em situações sociais similares à n-pessoas, ou em jogos de soma-zero com pagamentos laterais, os participantes criam coalizões tão amplas quanto a crença que têm no tamanho que lhes possa assegurar a vitória e nunca mais que isto. (pág. 47)

Por pura conveniência, a observação acima será referida como o *princípio do tamanho*. Para ilustrar e evidenciar este *princípio*, RIKER se utiliza das pesquisas com pequenos grupos, das análises da história política americana, a política mundial e outros fatos. ¹⁹

A evidência histórica, para a ilustração da teoria, é buscada por RIKER em fontes com grande variedade de dados: eleições presidenciais americanas em três períodos nos quais o partido da oposição desapareceu, a construção de coalizões internacionais na época Napoleônica e das duas guerras mundiais, e a experiência do Partido do Congresso, na Índia, nas últimas décadas. Em cada caso a evidência mostra que uma coalizão vencedora que começou como uma grande coalizão, ou coalizão do todo, cedo desapareceu, de conformidade com o *princípio do tamanho*. ²⁰ O autor indica, entretanto, que a incerteza do

18. No que se refere a partidos políticos, alguns outros fatores, tais como condicionamentos sócio-econômicos e ideologias, são muito importantes no processo de formação de coalizões. Sobre este ponto, veja o trabalho de Soares que é muito ilustrativo no que diz respeito à política brasileira. op. cit.

19. Embora não faça referência à teoria de Riker, Soares, Glauco A.D., dá bons exemplos da política brasileira e que ilustram bem o *princípio do tamanho*. Veja seu op. cit.

20. Cf. Bluhm, William T., op. cit., pág. 294.

mundo real e a situação de barganha ²¹ forçam os membros de uma coalizão a aspirarem a uma coalizão vencedora que é estimada subjetivamente, no mínimo, mais que um mínimo real. Em sistemas de decisões bastante grandes e nos quais os participantes não sabem o que os outros estão fazendo, o tamanho real e o peso de uma coalizão podem ser duvidosos, seja somente por causa de uma falta de comunicação ou por causa da inabilidade dos participantes em estimar os pesos uns dos outros. E para esclarecer estas dúvidas sobre *tamanho*, RIKER se utiliza de um vocabulário especial de termos técnicos. Derivado da teoria de duas pessoas, os termos são: 1) informação completa; 2) informação sistematicamente completa; 3) informação perfeita e 4) informação sistematicamente perfeita. (pág. 78) Termos técnicos estes que implicam na quantidade de informação que um jogador obtém do outro e vice-versa.

Estes termos, ou definições, são muito importantes na aplicação do *princípio do tamanho*. O efeito de informação incompleta e imperfeita em corpos naturais de *decision-making*, por exemplo, é o de que os fazedores-de-coalizões tendem a querer formar coalizões maiores que o tamanho mínimo necessário para ganhar. Este efeito é ilustrado com um exemplo tomado de uma situação imaginária ²² e uma hipótese é formulada sobre uma relação estática de covariação na formação de uma coalizão. A hipótese é a seguinte:

Quanto maior o grau de imperfeição ou da não integridade de informação, maiores serão as coalizões que os fazedores-de-coalizões procuram formar e o mais freqüentemente irão as coalizões vencedoras realmente formadas ser maiores que o tamanho mínimo. Inversamente, quanto mais próxima a informação se acerca

21. A barganha, necessariamente, envolve o "bluff" que, numa situação de n-pessoas, significa ou uma recusa para um auto-comprometimento ou deslealdade, isto é, quando se pretende pertencer a uma coalizão mas, na realidade, pertence-se a outra. Cf. Riker, op. cit., pág. 78.

22. Cf. pág. 82 da op. cit.

da imperfeição e da integralidade, menores serão as coalizões que os fazedores-de-coalizões desejam e mais freqüentemente irão as coalizões formadas estar próximas ao tamanho mínimo. (pág. 89)

Para RIKER, o efeito da informação é uma hipótese que pode ser investigada mais diretamente que o *princípio do tamanho*. Mas, desde que o primeiro é uma qualificação e uma inferência do último, a evidência validando ou invalidando o efeito da informação é também relevante para o princípio do tamanho. (pág. 89) Aqui o autor indica algumas direções pelas quais a pesquisa pode praticamente ser experimentada. Estas condições são ilustradas com exemplos retirados da noção de um período de *eleições críticas*, onde a quantidade de informação num sistema diminua radicalmente. Por outro lado, eleições não são consideradas o único tipo de decisões políticas e de soma-zero para os quais as coalizões são construídas. As pessoas eleitas, normalmente, se engajam na tomada de decisões, freqüentemente sob a condição de *soma-zero*. Cada voto contestado numa legislatura fornece dados para investigação do efeito de informação. Desde que uma legislatura normalmente envolve muito mais um contato de tipo *face-to-face* do que as eleições estaduais ou nacionais, a relação entre a informação e o tamanho da coalizão não pode ser estudada exclusivamente pelo método estatístico. A observação sobre o grau de informação é, portanto, mais difícil de ser feita e, no entanto, sob condições favoráveis, nas quais os observadores obtêm uma confiança completa dos fazedores-de-coalizões rivais, pode-se esperar que a observação seja muito mais precisa ou acurada. Num teste como este, o procedimento seria declarar grau de informação possuída pelos fazedores-de-coalizões em cada decisão legislativa e então determinar, positiva ou negativamente, se as decisões nas quais havia disponibilidade de informações eram também, decisões com uma estreita margem entre os ganhadores e os perdedores. A observação casual de votos próximos e bem publicados nas legislaturas, sugere que é realmente verdadeiro que votos muito próximos são também votos com um alto grau de infor-

mação. Mas aqui, e uma vez mais, uma investigação empírica e extensiva torna-se necessária antes que alguém possa ter muita confiança, de um modo ou de outro, em tais evidências. (pág. 94-95)

O *princípio do tamanho* e seu corolário, o princípio da informação, são então empregados na investigação do processo de formação de coalizões. E para este propósito, um outro modelo, mais dinâmico que estático, torna-se necessário.

O *modelo dinâmico* é menos satisfatório e muito menos preciso do que se poderá desejar. As coalizões se formam em torno de líderes, "como as acreções que produzem uma pérola dentro de uma ostra", começando como *proto-coalizões* (coalizões em processo de formação) e evoluindo através de aquisições de membros para os quais os "pagamentos laterais" são feitos. O desenvolvimento de uma *proto-coalizão* coloca uma ameaça àquelas que dela não fazem parte e isto leva à formação de outras *proto-coalizões*. Os pagamentos laterais podem incluir (1) ameaças de represálias, (2) objetos cujos valores podem ser calculados em dinheiro, (3) promessas na formação de políticas, (4) promessas sobre decisões subseqüentes, e (5) pagamentos de satisfações emocionais. Nitidamente, as comparações interpessoais da utilidade de uma tal variedade de pagamentos está fora de questão. Esta suposição não é feita e RIKER evita a necessidade de comparar utilidades presumindo somente que os pagamentos feitos àqueles que irão juntar-se à coalizão são adequadamente satisfatórios. Formalmente, pode-se falar em fraqueza de argumento, embora aceitável quando os resultados mostram-se úteis.²³

No Capítulo 6, RIKER procura tecer algumas considerações gerais que governam o crescimento das coalizões. Mas, como é questionado por MEEHAM,²⁴ procura-se saber se uma estratégia pode ser formulada e se irá garantir ou maximizar a possibilidade de sucesso na transformação de uma *proto-*

23. Cf. Meeham, Eugene J., *Contemporary Political Thought. A Critical Study*. (The Dorsey Press, Homewood, 111, 1967) pág. 324-25.

24. Os comentários acima são baseados em Meeham, op. cit.

coalizão dentro de uma coalizão vencedora. As considerações estratégicas gerais propostas por RIKER são fracas, grandemente porque ele está consciente da importância de eventos únicos na formação de uma coalizão sobre o potencial de vencer das proto-coalizões:

Se em qualquer estágio j... algumas proto-coalizões podem formar uma coalizão vencedora mínima e as outras não, então as primeiras podem ter uma vantagem estratégica. Esta vantagem consiste, simplesmente, no fato de que aqueles que podem formar uma coalizão vencedora mínima podem estar aptos a concordarem com um arranjo mais lucrativo de resultados. Entre os jogadores racionais, esta vantagem é suficiente para garantir que qualquer coalizão assim situada no penúltimo estágio irá pertencer a uma coalizão vencedora no último estágio.²⁵

Esta proposição é então formalizada para condições nas quais não existam mais que cinco proto-coalizões, supondo que os membros não renunciem às coalizões já constituídas e que os pagamentos aos seguidores não serão rebaixados sem seu consentimento. O que surge, muito debilmente, é uma sugestão de que uma proto-coalizão *terá* vantagens estratégicas em algum estágio no decorrer do jogo e que estas vantagens podem ser exploradas para se conseguir uma coalizão vitoriosa. Bastante curioso é o fato de que a vantagem nem sempre se liga à maior coalizão e a análise chega mesmo a sugerir que em alguns casos a maior coalizão (não tão grande ainda para ganhar) irá fazer o melhor possível para desligar-se de alguns de seus membros com o objetivo único de aumentar suas vantagens estratégicas.²⁶

Depois de explicar tudo isto acima, RIKER, uma vez mais, procura ilustrar suas proposições com fatos da política ame-

25. Riker, William H., "A New Proof of the Size Principle", pág. 126-127. Citado por Meeham, op. cit., pág. 325 et passim.

26. Idem, idem, pág. 325-26.

ricana. Mas, prosseguindo com as observações de MEEHAM, podemos dizer com ele que, da suposição da vantagem estratégica pode-se dizer que o modelo é formado no sentido da decisão, isto é, que ele é instável e falta equilíbrio e, realmente, tende a perturbar qualquer equilíbrio temporário atingido antes que uma coalizão vencedora seja formada. Esta é a terceira das principais proposições de RIKER, o *princípio do desequilíbrio*, e que só é aplicável às condições de soma-zero e, naturalmente, não aplicável à toda a sociedade. Nenhum sistema de equilíbrio de poder, se RIKER estiver certo, pode garantir estabilidade. E aqui a discussão é levada para os meios de manutenção do equilíbrio (repressão moral e controle institucional) e as fontes de desequilíbrio (mudança no peso, ou poder, de dois ou mais dos elementos em equilíbrio e a consciência da parte do vencedor para colocar altas co-participações nas possibilidades de ganhos ou perdas) e um exame dos fatores exógenos e endógenos que os influenciam. A conclusão, embora fraca, como o diz o próprio RIKER, chega a ser formidável nas suas implicações:

Qual é a importância dos fatores exógenos e endógenos? A esta pergunta não posso dar nenhuma resposta correta, exceto dizer que minha impressão subjetiva é a de que a endógena conta mais. Na queda de líderes, homens, assim como nações, parece-me que a falta de cálculos dos próprios líderes, seus gastos excessivos, suas buscas incessantes, como colocou HOBBS, do poder após poder, é o fator principal na mudança de pesos (poder). E se isto é assim, aí então o sistema de *decision-making* está, inevitável e absolutamente, em desequilíbrio.²⁷

Depois de analisar e descrever os propósitos teóricos e disciplinares de sua teoria, RIKER termina seu livro com um longo capítulo sobre o propósito político. Aí, ele sai das "alturas geladas" da teoria e dos "plateaus confortáveis" das

27. Citado por Meeham, op. cit., pág. 327.

ilustrações para abordar os problemas de formulação de políticas na área da política internacional. E é exatamente aqui que ele tenta tornar útil sua teoria — não somente para o estudo da política mas a *prática* da política. Um pouco temeroso e baseando seus argumentos na análise do declínio dos impérios, RIKER termina este capítulo final com um conjunto de recomendações estratégicas elaboradas para prolongar a proeminência dos Estados Unidos nos negócios mundiais. Em síntese, ele estaria preocupado em contribuir não somente para as ciências práticas mas também para uma ciência estrita da política. E aqui, nós poderíamos prolongar um pouco a discussão, pois quando se parte da teoria para a formulação de estratégias políticas para um determinado governo as coisas ficam um pouco mais complicadas e favorecem o aparecimento das mais variadas controvérsias. No entanto, e para finalizar, podemos dizer com FAGEN, que uma das maravilhas de seu (RIKER) esforço particular é que, com o objetivo de encontrar um estímulo intelectual na *Teoria*, o leitor não precisa estar à vontade com as noções de teoria dos jogos que sustenta o argumento. Há discussões matemáticas de racionalidade, liderança, equilíbrio de poder e muitos outros conceitos que cruzam, agudamente, através dos compartimentos substantivos da ciência política".²⁸

28. Veja Fagen, Richard R., op. cit., pág. 447.